

ID: 122550783

15-04-2026

Apoios mais próximos com a descentralização, mas o acesso é desigual



Investigadores defendem a criação de indicadores locais de pobreza

Investigadores do ISCTE alertam que municípios têm meios distintos para gerir Ação Social

Carla Sofia Luz*
carlaluz@jn.pt

PODER LOCAL A descentralização das competências na área da Ação Social trouxe maior proximidade e maior rapidez na resposta às necessidades dos cidadãos, mas os investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE) alertam que os municípios não só possuem meios financeiros e humanos distintos para gerir essas tarefas como não existem indicadores locais de pobreza que permitam adequar a intervenção e reduzir a assimetrias regionais.

No estudo “Políticas sociais e descentralização: oportunidades e desafios para um Estado Social de proximidade”, os investigadores Renato Miguel do

Carmo e Bruno Miguel Oliveira advertem para as diferenças “nas capacidades técnicas e financeiras entre municípios, que colocam em risco o princípio da igualdade no acesso aos direitos sociais”. A partir de 2020, as câmaras passaram a ser responsáveis pelo acompanhamento de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e de famílias vulneráveis e pela atribuição de apoios de emergência. O estudo analisou o trabalho de quatro municípios: Alenquer, Barreiro, Moura e Porto.

“Há vantagens inegáveis em descentralizar as políticas sociais, colocando as soluções mais próximas dos problemas e ajustando-as às especificidades locais”, afirma Renato Miguel do Carmo, ressaltando que “a crescente complexidade dos problemas sociais, como a crise da habitação, a saúde mental, a integração de migrantes, exige competências especializadas e recursos que a maioria das câmaras municipais não possui”. Uma das principais falhas, para além

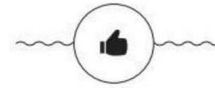
da assimetria de recursos municipais, é a ausência de indicadores locais de pobreza, dificultando a inovação e a monitorização das políticas públicas.

DIFÍCIL COORDENAÇÃO

Acresce que o tempo necessário para a gestão de processos, como o do Rendimento Social de Inserção, excede os rácios definidos pelo Estado e existe dificuldade de coordenação entre as autarquias e os serviços da Segurança Social, o que “gera ineficiências e sobrecarga técnica para os municípios”.

“Estas limitações comprometem o desenvolvimento de intervenções direcionadas, o que resulta em desigualdades nas intervenções” em diferentes concelhos, sustenta Bruno Miguel Oliveira. “O que o estudo recomenda é que este processo de descentralização das competências sociais seja acompanhado por medidas de reforço de capacidades institucionais e por financiamento estável e de longo prazo”. ●

*COM LUSA E GLÓRIA LOPES



A favor

Proximidade

A descentralização promove uma maior proximidade ao cidadão, que resulta numa maior rapidez na resposta às necessidades. As câmaras possuem experiência municipal na Ação Social.

Articulação

Estando tudo a cargo do município, permite uma melhor articulação entre as diferentes áreas que afetam a vida do beneficiário, desde a educação à habitação e ao emprego.

Adequar resposta

Há capacidade de adequar as intervenções às especificidades territoriais.



Contra

Meios insuficientes

Os investigadores do CIES-ISCTE constataram que existe uma insuficiência de recursos financeiros face às novas responsabilidades das autarquias. Há, também, uma sobrecarga técnica e administrativa.

Défice de formação

Os técnicos municipais não possuem formação especializada para cuidar de novos desafios, como a saúde mental, migrações e a crise na habitação.

Indicadores em falta

Ausência de indicadores padronizados que meçam a pobreza à escala local.